DIÁRIO SINDSEP MARANHÃO
www.sindsep.org.br Sindsep.MA Sindsep Maranhão
Ano XX Nº 4233
20 de Agosto de 2021
Sexta-feira
Filiado à CUT CONDSEF FENASPE

CUT e centrais pressionam Senado para derrubar reforma Trabalhista de Bolsonaro

A CUT e demais centrais sindicais vêm intensificando a pressão junto ao Congresso Nacional para barrar a tramitação da Medida Provisória (MP) nº 1045, que precariza relações de trabalho, retira direitos como carteira assinada e salário e traz enormes prejuízos aos trabalhadores.

Na próxima terça-feira (24), às 15h, líderes das centrais se reúnem com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para solicitar que a tramitação da MP seja suspensa para que perca a validade. O prazo para a medida caducar é 7 de setembro.

As medidas provisórias têm força de lei, mas o prazo de vigência de uma MP é de 60 dias, prorrogável uma vez por igual período. Se não for aprovada no prazo de 45 dias, contados da sua publicação, tranca a pauta de votações da Casa legislativa em que se encontrar (Câmara ou Senado) até que seja votada ou perca a validade. Isso significa que mesmo tendo sido aprovada pela Câmara dos Deputados pode caducar se não for votada no Senado até 7 de setembro.

O secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle e o senador Paulo rocha (PT-PA) estiveram com Pacheco nesta quinta-feira (19) para entregar o pedido oficial de audiência com as centrais sindicais.

“Conversamos com ele pedindo que deixe a MP caducar. Expusemos os malefícios aos trabalhadores contidos na medida. Pedimos que haja um debate ou que, se for votada, que sejam retirados os jabutis”, disse Valeir, afirmando que o parlamentar se comprometeu a debater sobre o tema.

Ao falar em jabutis, Valeir se refere às mais de 400 emendas estranhas ao tema principal da MP que deveria apenas instituir o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que prevê redução de jornada e salário e suspensão de contratos de trabalho, mas se transformou numa dura e perversa reforma Trabalhista.

De acordo com Valeir, o presidente do Senado deixou claro que será difícil deixar a MP perder a validade, “a não ser que se consiga convencer com o colegiado [líderes de partidos]”, o que será uma tarefa difícil.

Este é o foco principal da pressão, diz Valeir, mas as centrais e partidos de oposição estão trabalhando para que – se não caducar – sejam retiradas as matérias estranhas (os jabutis), o que deve ser feito por meio de requerimentos de impugnação e articulação com os líderes das bancadas.

“Pacheco disse ‘não vamos aprovar essas matérias’, mas a conversa que teremos na terça será decisiva para nossa atuação", afirmou o dirigente cutista.

A CUT, centrais e o Partido dos Trabalhadores estão debatendo também medidas a serem tomadas juridicamente para o pior cenário. Caso a MP seja votada e aprovada como está, medidas judiciais serão tomadas como recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar a inconstitucionalidade da medida.

“Se não forem retirados os jabutis vamos recorrer ao STF que, inclusive, tem entendimento de que não pode entrar jabutis em MP´s”, diz Valeir se referindo a uma decisão de 2015, referente a o julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5127, que questionava alterações em uma MP (a MP 427/2019).

A decisão do Supremo foi de que “não é compatível com a Constituição a apresentação de emendas sem relação de pertinência temática com medida provisória submetida à sua apreciação”.

Fonte: CUT

Empresa envolvida na privatização da Dataprev e do Serpro tem dados vazados

Uma das empresas envolvidas nos estudos sobre privatizações de empresas públicas brasileiras, como a Dataprev, o Serpro e os Correios, sofreu um sequestro digital com o vazamento de dados no dia 11 de agosto.

Conforme informa o Canal Tech, que primeiro noticiou a situação, os criminosos tiveram acesso a 6 TB (terabytes) de arquivos da multinacional. Por eles, exigiram o pagamento de 50 milhões de dólares em criptomoedas para não liberar os dados publicamente. Além disso, prometeram entregar chaves criptográficas para restabelecer os sistemas internos da Accenture. Contudo, no dia 11, os criminosos tornaram públicos dois mil documentos confidenciais da empresa.

Segundo os próprios criminosos, a empresa, que tem renome em sistemas de segurança e privacidade de dados, não protege bem os seus próprios dados.

Na mesma semana, o Serpro foi notícia por ter trabalhado na contenção de um vazamento de dados do mesmo modelo praticado contra a Accenture nas redes internas do Tesouro Nacional.

Isso mostra que as empresas de tecnologia da informação públicas, Dataprev e Serpro, devem ter um cuidado maior com os dados que guardam do que a empresa privada contratada para privatizá-las.

Além de tudo, a Accenture está sob investigação por suspeita de superfaturamento de contratos com os Correios.

No passado, essa mesma empresa já foi subcontratada pela Dataprev para desenvolvimento de software. Segundo funcionário da Dataprev, após 5 anos protelando e sem entregar quase nada do combinado, o contrato não foi renovado. “Nesse período, a Accenture só conseguiu entregar uma pequena fração do escopo contratado, e, mesmo assim, porque muitas equipes técnicas da Dataprev ajudaram na conclusão dessa entrega”, relata o especialista que preferiu não se identificar..

Frente às duas questões relatadas nesse artigo, é preciso analisar a participação da empresa em uma situação tão importante quanto a entrega dos dados brasileiros, que estão sob a guarda de empresas públicas, à iniciativa privada.

Fonte : CUT

EXPEDIENTE: Diário SINDSEP/MA é uma publicação diária do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA
Av. Newton Bello, 524 - Monte Castelo, CEP 65035-430, São Luís - Maranhão. Fone: (98) 2108-0001. E-mail: comunicacao@sindsep.org.br
Presidente: Raimundo Pereira de Souza *Secretaria de Comunicação:* José Alfredo Duarte Torres, Marcos José Costa Ferreira e Valter Cezar Dias Figueiredo
Assessor: Ricardo Milán (DRT 785) *Redação:* Nielsen Furtado (DRT 789) *Projeto Gráfico e Diagramação:* Giancarlo Cunha *Redes Sociais*: Rafael Costa